

**EDUCAÇÃO PERMANENTE EM SAÚDE: UM ESTUDO  
BIBLIOMÉTRICO**

**CONTINUING HEALTH EDUCATION: A BIBLIOMETRIC STUDY**

**Bruna Tadeusa Genaro Martins de Oliveira<sup>1</sup>, Cibele de Moura Sales<sup>2</sup>, Diana Dávalo Oliveira Dalmagro<sup>3</sup>, Olívia Borgo de Matos<sup>4</sup>, Rogerio Dias Renovato<sup>5</sup>, Sandra de Souza Rodrigues<sup>6</sup>**

<sup>1,2,3,4,5,6</sup> Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – UEMS/Dourados/ Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em Ensino em Saúde/  
bruna.genaro.martins@gmail.com; cibelesales1@gmail.com;  
didavalos@hotmail.com; enfermeira\_olivia@yahoo.com.br; rrenovato@uol.com.br;  
sandrasou\_rodrigues@hotmail.com

**RESUMO**

Educação Permanente em Saúde (EPS) é uma prática de ensino-aprendizagem que faz referência ao trabalho e parte da premissa que a reflexão crítica sobre as ações cotidianas dos serviços pode promover e produzir sentidos que transformem o trabalho em saúde. Entendendo a importância da pesquisa sobre este tema, o presente artigo objetivou analisar teses e dissertações sobre a EPS, por meio de um estudo bibliométrico de trabalhos disponíveis na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), base de dados nacional. Dos 204 trabalhos encontrados, foram incluídos no estudo apenas 44, sendo 9 teses e 35 dissertações. Os dados deles obtidos foram organizados em uma tabela e, posteriormente, em gráficos, com o auxílio dos softwares Excel<sup>®</sup> e QSR Nvivo<sup>®</sup>. A maior concentração de publicações se deu nos anos de 2011, 2014 e 2015, especialmente nas regiões Sudeste e Sul. Também foram obtidos dados relevantes quanto à área de formação dos autores das teses e dissertações em análise, sendo a Enfermagem a que mais aborda o tema. Os achados evidenciam a necessidade de ampliação da pesquisa e engajamento no cotidiano do trabalho com a EPS, entre todas as categorias de profissionais da saúde, para que suas práticas possam articular mudanças.

**Palavras-chave:** Bibliometria; Educação em saúde; Recursos Humanos em Saúde.

**ABSTRACT**

Continuing Health Education (CHE) is a teaching-learning practice that makes reference to the work and part of the premise that critical reflection on the daily actions of services can promote and produce senses that transform work in health. Comprehending the importance of the research about this topic, this present article had as objective analyze theses and dissertations on CHE, through a bibliometric study of works available in the Brazilian Digital Library of Theses and Dissertations (BDLTD), national database. On the 204 papers found, only 44 were included in the study, being 9 theses and 35 dissertations. The data obtained from them were organized in a table and, later, in graphs, with the aid of the softwares Excel<sup>®</sup> and QSR Nvivo<sup>®</sup>. The highest concentration of publications occurred in the years 2011, 2014 and 2015, especially in the Southeast and South regions. Relevant data were also obtained regarding the professional qualification of the authors of the theses and dissertations under analysis, with Nursing being the most addresses the issue. The findings show the necessity of broadening research and engaging in everyday at work with CHE, among all categories of health professionals, so that their practices can articulate changes.

**Key-words:** Bibliometry; Health Education; Human Resources in Health.

## INTRODUÇÃO

A Constituição Brasileira de 1988, por meio do artigo 196, garantiu a saúde como um direito social fundamental e declarou ser dever do Estado promover o acesso irrestrito e universal aos serviços de saúde (BRASIL, 1988). Antes da chamada Constituição Cidadã, o país vivia um modelo de atenção segmentado e excluyente, no qual o cuidado era centrado em consultórios médicos e hospitais privados, que contemplavam tão somente os trabalhadores do mercado formal (AGUIAR, 2011). Neste período, a parcela da população que não trabalhava ou o fazia sem carteira assinada contava apenas com o atendimento de instituições filantrópicas, o que culminou em uma forma de produzir saúde que gerou insatisfação popular com o modelo de atenção vigente e fortaleceu a expectativa de construção de um novo sistema de saúde para o país (WINTERS; PRADO; HEIDEMANN, 2016).

A instituição do Sistema Único de Saúde (SUS), com a Lei 8.080, em 1990, inaugurou um modelo de cuidado pautado, entre outros, nos princípios da universalidade de acesso aos serviços, da integralidade da assistência, da preservação da autonomia das pessoas, da igualdade da assistência, do direito à informação dos assistidos sobre a sua saúde, da divulgação de informações, da utilização da epidemiologia para o estabelecimento de prioridades e da participação da comunidade (BRASIL, 1990).

Esta mudança na configuração assistencial também exigiu uma transformação no perfil dos trabalhadores da área e requisitou estratégias governamentais que contemplassem uma formação direcionada para esta nova forma de produzir cuidado (WINTERS; PRADO; HEIDEMANN, 2016).

Considerando que um dos alicerces do Sistema Único de Saúde é a formação dos profissionais que nele estão inseridos (FRANÇA *et al.*, 2017), os cursos de graduação desta área iniciaram a adequação de seus projetos políticos pedagógicos de acordo com suas respectivas Diretrizes Curriculares Nacionais, a partir de 2001, com vistas à formar futuros profissionais críticos, criativos e reflexivos, capazes de atuar em consonância com o sistema de saúde agora vigente no país (CECCIM; FEUERWERKER, 2004a).

Este movimento de mudanças envolvendo a formação e as práticas profissionais veio acompanhado da necessidade de elaborar políticas que articulassem os setores da educação e da saúde, a fim de criar um cenário mais favorável em que fosse possível estabelecer a interação entre as instituições de ensino e os serviços de atenção visando a

qualificação de seus trabalhadores para responderem às necessidades de saúde da população (CECCIM; FEUERWERKER, 2004a).

Ao SUS compete ordenar a formação na área da Saúde (BRASIL, 1988) e, nesta direção, em 2004, por meio da portaria nº 198, o Ministério da Saúde (MS) instituiu a Política Nacional de Educação Permanente em Saúde (PNEPS), a qual constitui-se em um instrumento de apoio para transformação e capacitação das práticas assistenciais, de organização dos serviços e dos processos formativos, exercendo um papel substancial na consolidação do SUS (BRASIL, 2004).

Em 2007, o MS definiu novas estratégias para sua implementação, indicando que a PNEPS deve considerar neste processo as especificidades regionais, as desigualdades e as necessidades de formação e desenvolvimento para o trabalho em saúde e orientando sua adequação às diretrizes operacionais e ao regulamento do Pacto pela Saúde (BRASIL, 2007), o qual promoveu inovações nos processos e instrumentos de gestão, redefinindo as responsabilidades das três esferas do governo, para alcançar maior efetividade e qualidade de respostas aos problemas do setor saúde (BRASIL, 2006).

Visando progredir na implementação da PNEPS, se efetivaram algumas estratégias arrojadas de âmbito regional, por meio dos Colegiados de Gestão Regional (CGRs) e da organização das Comissões Permanentes de Integração Ensino-Serviço (CIESs), instâncias intersetoriais e interinstitucionais permanentes, que participam da formulação, condução e desenvolvimento da referida política, conforme previsto no Artigo 14 da Lei nº. 8080/90 e na NOB/RH-SUS 9,10. (FRANÇA *et al.*, 2017).

No entanto, transcorrida mais de uma década de sua implantação, ainda há quem desconheça ou ignore as políticas de gestão de Educação Permanente em Saúde, o que dificulta sua efetividade na configuração de um processo de gestão participativa e transformadora, que inclui as instituições de ensino, os trabalhadores, os gestores e os usuários do SUS (FRANÇA *et al.*, 2017).

Do mesmo modo, persiste certo desalinhamento conceitual sobre o que vem a ser a Educação Permanente. A própria PNEPS destaca esta problemática e afirma que nem toda capacitação para o trabalho em saúde implica um processo de Educação Permanente, mesmo quando se busca a melhoria do desempenho dos trabalhadores da área, isto pois, nem toda capacitação representa uma estratégia de mudança institucional, o que é essencial nas ações de Educação Permanente (BRASIL, 2009).

Assim, por Educação Permanente em Saúde (EPS), entende-se uma prática de ensino-aprendizagem que faz referência ao trabalho e parte da premissa que a reflexão

crítica sobre as ações do cotidiano dos serviços pode promover e produzir sentidos que transformem o fazer profissional em saúde (CECCIM; FEUERWERKER, 2004b). Trata-se de uma estratégia sistemática e global de reconfiguração do processo de trabalho, que pode abranger diversas ações de capacitação, mas que não se resume a elas (BRASIL, 2009).

Tomando por base os pressupostos da aprendizagem significativa e através do vértice da educação problematizadora e das metodologias ativas (SIGNOR *et al.*, 2015), a EPS parte dos problemas enfrentados na realidade do trabalho e considera o saber prévio e as experiências dos profissionais como centrais para o processo de formação e desenvolvimento, que deve capacitá-los a atuar de acordo com as necessidades de saúde e especificidades das pessoas e populações (BRASIL, 2009).

Dentro desta perspectiva, as ações da EPS acontecem de forma dialógica e horizontalizada, o que significa que todos os sujeitos envolvidos participam ativamente do processo de ensino-aprendizado e busca pela resolutividade e qualidade do trabalho em saúde (SIGNOR *et al.*, 2015).

Esta intersecção entre os campos do trabalho e da educação localiza-se em um terreno cujos pilares são o ensino, o serviço, a gestão e o controle social, possibilitando arranjos e desconstruindo os modos de pensar cristalizados na forma de produzir saúde (CECCIM; FEUERWERKER, 2004b). Assim, pode-se dizer que a EPS consiste em um conceito pedagógico que, ao relacionar o ensino, a docência, o serviço e a saúde, contribui para o desenvolvimento e para a efetivação do SUS (FRANÇA *et al.*, 2017).

A EPS pode constituir-se em um importante instrumento para a atualização, reconstrução e reordenação da prática profissional, a fim de produzir um cuidado coletivo significativo, impactando a articulação da rede de saúde e promovendo a autonomia das pessoas, bem como propiciando a democratização do gerenciamento da política de saúde (RIBEIRO, MARTINS; CAMPOS, 2015).

Tendo em vista a sua importância, torna-se relevante pesquisar a respeito do tema, seja para avaliar o modo como a EPS vem se efetivando nos serviços, seja para identificar suas contribuições para a formação profissional ou para compreender como ela tem colaborado para a resolução das demandas do trabalho em saúde.

Para além, também consideramos necessário compreender o panorama de realização das investigações a respeito da EPS, a fim de identificar as áreas de formação que têm se dedicado ao estudo da temática, bem como os anos em que houve maior

número de publicações abordando-a e saber onde vem acontecendo a produção deste conhecimento.

Para tal, o presente artigo objetivou analisar teses e dissertações que relacionam os temas de Educação Permanente em Saúde, por meio da realização um estudo bibliométrico na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), base de dados nacional.

## **METODOLOGIA**

Foi realizado um estudo bibliométrico, de caráter exploratório e descritivo, por meio da busca na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), base de dados nacional, a fim de coletar teses e dissertações publicadas no Brasil.

A bibliometria é um tipo de pesquisa bibliográfica proveniente da Ciência da Informação e consiste em uma técnica quantitativa e estatística que permite identificar o que tem sido produzido sobre determinado tema, o quanto e como isso tem ocorrido, além de apontar a coerência entre estas produções (OLIVEIRA; LIMA; MORAES, 2016). Tendo em vista sua característica dinâmica, a pesquisa bibliométrica e o uso de indicadores da produção científica fundamentam e contribuem com investigações realizadas no Brasil e tem sido bastante empregada na área da saúde, no âmbito internacional. (VANS; STUMPF, 2010; VIEIRA; SANNA, 2013).

Optou-se pela BDTD, pois esta tem como objetivo integrar, em um único portal, os sistemas de informação de teses e dissertações existentes no país e disponibilizar para os usuários um catálogo nacional destes, em texto integral (BDTD, 2016). Neste contexto, sustenta-se a sua relevância no meio acadêmico, vindo de encontro ao objetivo do presente estudo.

A busca das teses e dissertações foi feita, exclusivamente, no dia 08 de setembro de 2016, e sua seleção realizada mediante critérios de inclusão e exclusão. Assim, selecionaram-se os trabalhos através da procura pela palavra-chave “Educação Permanente”, sendo esta refinada por: 1) Assunto: educação permanente; 2) Idioma: português.

A pesquisa compreendeu as teses e as dissertações publicadas no período de 2004 até 2016. Justifica-se a escolha do filtro de datas como critério de inclusão, devido à instituição da Política Nacional de Educação Permanente em Saúde (PNEPS), através da Portaria nº 198/GM em 13 de fevereiro de 2004 (BRASIL, 2004).

A partir da leitura dos resumos, o critério de exclusão foi o estudo não ter sido desenvolvido em consonância com as definições vigentes na Portaria nº 198/GM/2004. Sendo assim, foram incluídas teses e dissertações das seguintes instituições: Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRS), Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Universidade Estadual de Londrina (UEL), Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Universidade Estadual Paulista (UNESP), Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), Universidade de São Paulo (USP), Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR), Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Universidade Federal de Goiás (UFG), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e Universidade Federal de Alagoas (UFAL).

Os dados foram obtidos por meio do acesso a cada uma das publicações que foram, simultaneamente, organizados em uma tabela, com o auxílio do software Excel® (Microsoft Corporation) e processados segundo pressupostos quantitativos, com análise das seguintes categorias: a) Ano de publicação das produções; b) Área de formação do autor; c) Região geográfica; e d) Palavras-chave.

O mesmo software foi utilizado para a composição dos gráficos apresentados e a *Word Cloud*, ou a nuvem de palavras, foi gerada pelo QSR Nvivo®.

## **RESULTADOS E DISCUSSÕES**

Foram selecionadas 204 teses e dissertações e, a partir do critério de exclusão, a amostra foi refinada, eliminando 160 produções. Desse modo, foram utilizados 44 estudos, sendo 9 teses e 35 dissertações, que correspondem ao quantitativo analisado.

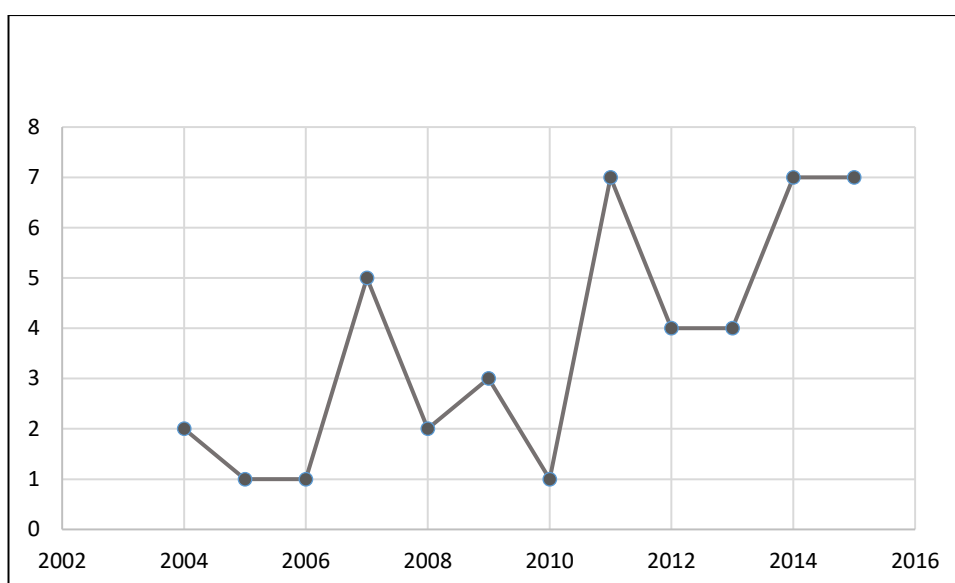
A maior concentração de estudos se deu nos anos de 2011, 2014 e 2015 em igual proporção (16%), seguidos do ano de 2007 (11%). Apesar do crescente volume de produções que abordam a EPS, estas ainda se apresentam em número reduzido, visto a importância do tema e a necessidade da discussão crítica sobre o mesmo. O gráfico 1 apresenta as dissertações e teses publicadas envolvendo a temática de nosso estudo.

Sarreta (2009) aponta que somente nos últimos anos anteriores à sua pesquisa, a formação em saúde reacendeu as discussões relativas às reflexões e ações do trabalhador da área, no ângulo das EPS, corroborando com os dados obtidos, os quais evidenciam o aumento de teses e dissertações publicadas em 2007, onde segundo Corrêa e

colaboradores (2013) foi o ano em que também ocorreu a mobilização para o maior envolvimento dos gestores nas discussões relativas a EPS nas localidades.

O aumento de publicações a partir de 2014 pode estar relacionado com a mobilização de pesquisadores nacionais em torno da necessidade de se construir conhecimento e articular redes, capacitando trabalhadores do SUS, o que também levou à organização do Curso de Especialização e Aperfeiçoamento EPS em Movimento, pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul em parceria com a Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação e Saúde (SEGETES), abrangendo todo o território nacional.

Gráfico 1. Dissertações e teses por ano de publicação. Dourados-MS, 2016.



FONTE: Coleta de dados

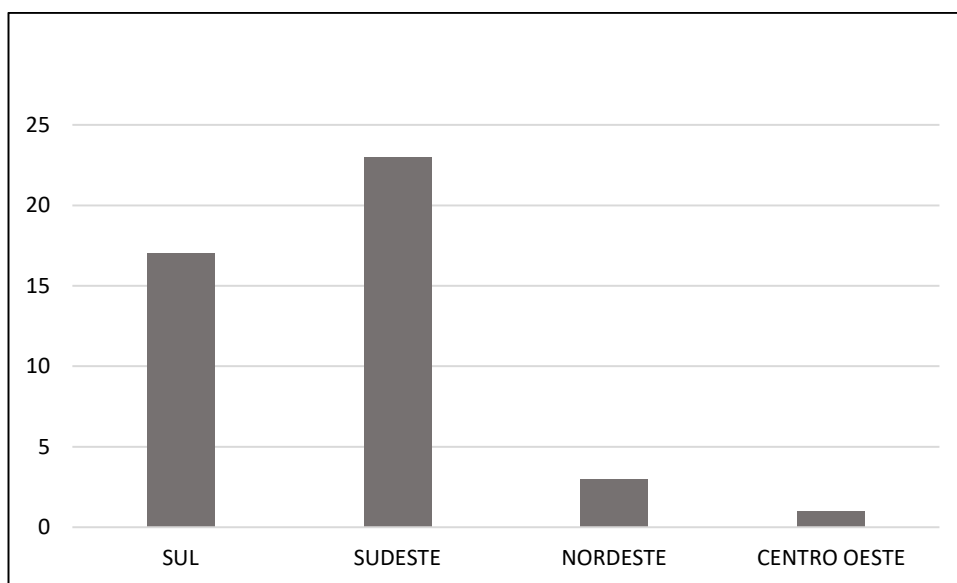
As produções encontradas concentram-se na região Sudeste (52%), seguida da região Sul (38,5%), corroborando com os achados de Sidone, Haddad e Mena-Chalco (2016), que também evidenciaram acentuada heterogeneidade quanto a localização das produções científicas. Estes autores destacam que três quartos dos estudos por eles analisados aparecem nas mesmas regiões.

Esta expressão técnico-científica mais significativa em determinadas localidades pode ser considerada reflexo das desigualdades socioeconômicas estabelecidas no Brasil, que se estendem à distribuição de recursos para o incentivo à pesquisa e desenvolvimento tecnológico (BARROS, 2000).

Assim, faz-se necessário descentralizar espacialmente a atividade científica, com vistas a favorecer a potencialidade e o desenvolvimento regional de áreas menos favorecidas (SIDONE; HADDAD, MENA-CHALCO 2016).

Considerando, em específico, as pesquisas no campo da saúde com foco para a EPS e sua característica de reflexão crítica sobre o cotidiano dos serviços, ressalta-se a importância do incentivo aos estudos nas regiões, Norte, Nordeste e Centro-oeste, pois sua realização pode ampliar debates e permitir analisar como as ações em saúde tem sido concebidas e efetivadas nestes contextos. Deste modo, pode ser possível melhorar a vida da população local e ampliar as alternativas para mudar a realidade do trabalho neste setor (SARRETA, 2009).

**Gráfico 2. Dissertações e teses publicadas por região. Dourados-MS, 2016.**



**FONTE: Coleta de dados**

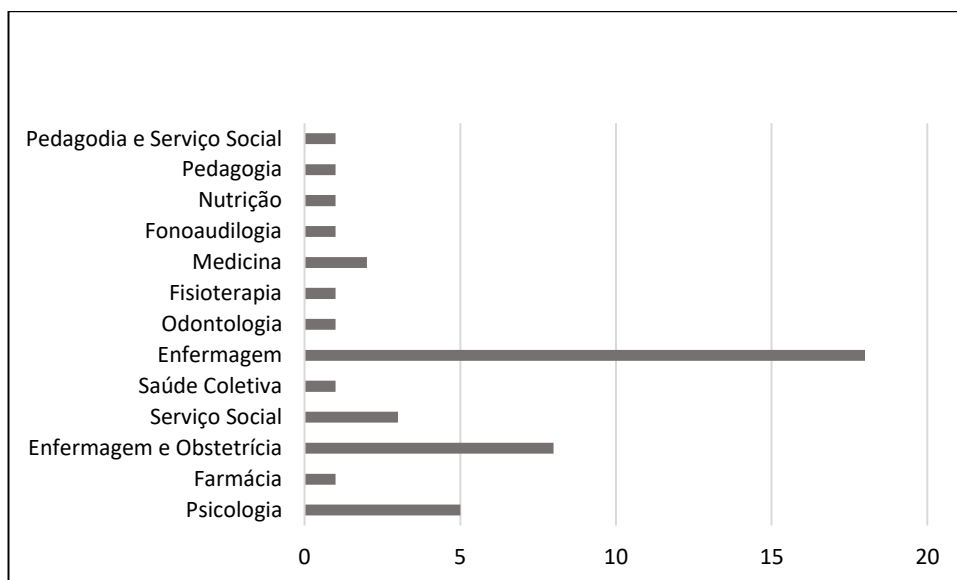
Também foram obtidos dados relevantes quanto a área de formação dos autores das teses e dissertações em estudo, sendo estes apresentados no Gráfico 3. A área que apresentou maior número de publicações foi a Enfermagem (41%), seguida da Enfermagem e Obstetrícia (18%) e da Psicologia (11%).

Constatou-se que a maior quantidade das publicações analisadas foi produzida pela Enfermagem, podendo este fato estar relacionado à centralidade que as práticas educativas com a comunidade e com outros membros da equipe ocupam nas ações do enfermeiro (ACIOLI, 2008). Do mesmo modo, as funções que estes profissionais assumem na assistência e na administração dos serviços de saúde podem contribuir com o equívoco de a equipe deixar a cargo da enfermagem as ações referentes à EPS, o que vai em desacordo com a proposta da Educação Permanente, a qual possui uma lógica descentralizada, ascendente, multiprofissional e transdisciplinar (MANCIA; CABRAL; KOERICH, 2004).



Vale ainda ressaltar que a compreensão acerca da PNEPS ainda é incipiente, seja por parte dos enfermeiros ou pela comunidade científica (PORTELA; SALES; RENOVATO, 2016). Assim, para ultrapassar o paradigma da ideologia para a ação, é importante que as diversas áreas da saúde despertem para a reflexão e crítica acerca do tema (SILVA *et al.*, 2010).

**Gráfico 3. Dissertações e teses publicadas por área de formação. Dourados-MS, 2016.**



**FONTE: Coleta de dados**

O resultado gerado pelo *Word Cloud* ratificou as análises supracitadas. De acordo com a Figura 1, as palavras de maior destaque foram “Educação” e “Saúde”, seguida de “Permanente”, “Enfermagem” e “Continuada”.

**Figura 1. Word Cloud dos termos utilizados como palavras-chave dos estudos selecionados. Dourados-MS, 2016.**



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os achados evidenciam a necessidade de ampliação da pesquisa e engajamento no cotidiano do trabalho com a EPS, entre todos os profissionais da saúde, e não apenas de uma categoria restrita, para que suas práticas possam articular mudanças. Corroborando com Miccas e Batista (2014), entendemos que para compreender a EPS é preciso levar em consideração seus pressupostos teóricos, metodológicos, resultados e conteúdos práticos do serviço, além de ser imprescindível refletir sobre a influência que esta sofre dos processos políticos, sociais, econômicos, desejos e demandas pessoais, ideologias, diferenças disciplinares profissionais e instituições formadoras.

Assim, entendemos que a implementação de espaços de discussão, reflexão e análise da prática cotidiana e dos referenciais que as apoiam possibilitam a troca de experiências, a socialização e a construção coletiva do conhecimento no trabalho é uma ferramenta importante no processo de ensino-aprendizagem. Isto, pois, as relações que aí se estabelecem podem constituir lugares de problematização e de produção, permitindo uma prática contundente da Educação Permanente em Saúde (CECCIM, 2005).

## REFERÊNCIAS

- ACIOLI, Sonia. A prática educativa como expressão do cuidado em saúde pública. *Revista Brasileira de Enfermagem*, Brasília, v. 61, n. 1, p. 117-121, 2008.
- AGUIAR, Zenaide N. *SUS: Sistema Único de Saúde – antecedentes, percursos, perspectivas e desafios*. São Paulo: Martinari, 2011.
- BARROS, Fernando A. F. Os desequilíbrios regionais da produção técnico-científica. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 14, n. 3, p. 12-19, 2000.
- BATISTA, Karina B. C.; GONÇALVES, Otília S. J. Formação dos profissionais de saúde para o SUS: significado e cuidado. *Saúde e Sociedade*, São Paulo, v. 20, n. 4, p. 884-899, 2011.
- BDTD. Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações. *Banco de Teses e Dissertações*. Disponível em: <<http://www.ibict.br/informacao-para-ciencia-tecnologia-e-inovacao%20/biblioteca-digital-Brasileira-de-teses-e-dissertacoes-bdtd>>. Acesso em: 9 set. 2016.
- BRASIL, Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. Departamento de Gestão da Educação em Saúde. *Política Nacional de Educação Permanente em Saúde*, Brasília, 2009.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Ministério da Saúde. Lei 8.080 de 19 de setembro de 1990. *Diário Oficial da União, Poder Executivo*, Brasília, DF, 20 set. 1990.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria GM/MS nº 1996, de 20 de agosto de 2007. Dispõe sobre as diretrizes para Implementação da Política Nacional de Educação Permanente em Saúde e dá outras providências. Brasília, DF, 2007.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Portaria Nacional de Educação Permanente em Saúde*. Portaria nº 198/GM em 13 de fevereiro de 2004. Brasília, 2004.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria Executiva. Departamento de Apoio a Descentralização. Coordenação Geral de Apoio à Gestão Descentralizada. *Diretrizes Operacionais dos Pactos pela Vida, em Defesa do SUS e de Gestão*. Brasília, 2006.

CECCIM, Ricardo B. Educação Permanente em Saúde: desafio ambicioso e necessário. *Interface – Comunicação, Saúde, Educação*, Botucatu, v.9, n.16, p.161-177, 2005.

CECCIM, Ricardo B.; FEUERWERKER, Laura C. M. Mudança na graduação das profissões de saúde sob o eixo da integralidade. *Caderno de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 5, p. 1400-1410, 2004a.

CECCIM, Ricardo B.; FEUERWERKER, Laura C. M. O Quadrilátero da Formação para a Área da Saúde: Ensino, Gestão, Atenção e Controle Social. *PHYSIS: Revista de Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, p. 41-65, 2004b.

CORRÊA, Aline B. et al. Política nacional de educação permanente em saúde: diferença entre suas portarias instituintes. In: *Seminário nacional de pesquisa em enfermagem*, 17., 2013, Natal - RN, p. 2219-2221, 2013.

FRANÇA, Tânia et al. Política de Educação Permanente em Saúde no Brasil: a contribuição das Comissões Permanentes de Integração Ensino-Serviço. *Ciência e Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 6, p. 1817-1828, 2017.

MANCIA, Joel R.; CABRAL, Leila C.; KOERICH, Magda S. Educação permanente no contexto da enfermagem e na saúde. *Revista Brasileira de Enfermagem*, Brasília, v. 57, n. 5, p. 605-610, 2004.

MICCAS, Fernanda L.; BATISTA, Sylvia H. S. S. Educação permanente em saúde: metassínteses. *Revista de Saúde Pública*, São Paulo, v. 48, n. 01, p. 170-185, 2014.

OLIVEIRA, Adélia A. S.; LIMA, Cristina G. S.; MORAIS, Kalina K. C. Bibliometria e metassínteses de estudos sobre trabalhos publicados na revista psicologia e sociedade. *Psicologia e Sociedade*, Belo Horizonte, v. 28, n. 3, p. 572-581, 2016.

PASCHOAL, Amarílis S.; MANTOVANI, Maria F.; MÉIER, Marineli J. Percepção da educação permanente, continuada e em serviço para enfermeiros de um hospital de ensino. *Revista de Escola de Enfermagem da USP*, São Paulo, v. 41, n. 3, p. 478-84, 2007.

PORTELA, Natali; SALES, Cibele M.; RENOVATO, Rogério D. A compreensão dos enfermeiros sobre a Política de Educação Permanente em Saúde. *Revista Varia Scientia – Ciências da Saúde*, Cascavel, v. 2, n. 02, p. 145-155, 2016.

PUGGINA, Cindi C. et al. Educação Permanente em Saúde: instrumento de transformação do trabalho de enfermeiros. *Espaço para a Saúde-Revista de Saúde Pública do Paraná*, v. 16, n. 4, p. 87-97, 2016.

RIBEIRO, Sandra F. R.; MARTINS, Cátia P.; CAMPOS, Gastão W. S. (Orgs). *Cartilha educação permanente e rede de trabalho no SUS*. Dourados, MS: Ed. UFGD, 2015.

SARRETA, Fernanda O. *Educação permanente em saúde para os trabalhadores do SUS*. São Paulo: UNESP, 2009.

SIDONE, Otávio J. G.; HADDAD, Eduardo A.; MENA-CHALCO, Jesús P. A ciência nas regiões brasileiras: evolução da produção e das redes de colaboração científica. *TransInformação*, Campinas, v. 28, n. 1, p. 15-31, 2016.

SIGNOR, Eduarda et al. Educação Permanente em saúde: desafios para a gestão em saúde pública. *Revista de Enfermagem da UFSM*, Santa Maria, v. 5, n. 1, p. 01-11, 2015.

SILVA, Luiz A. A. et al. Educação permanente em saúde e no trabalho de enfermagem: perspectiva de uma práxis transformadora. *Revista Gaúcha de Enfermagem*, Porto Alegre, v. 31, n. 3, p. 557-561, 2010.

VANS, Samile A. S.; STUMPF, Ida R. C. Procedimentos e ferramentas aplicados aos estudos bibliométrico. *Informação e Sociedade: Estudos*, João Pessoa, v. 20, n. 2, p. 67-75, 2010.

VIEIRA, Ricardo Q.; SANNA, Maria C. O uso do estudo bibliométrico pelos pesquisadores da saúde em periódicos científicos digitais brasileiros. In: *Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação*, 25., 2013. Florianópolis – SC, p. 1547-1560, 2013.

WINTERS, Joanara R. F.; PRADO, Marta L.; HEIDEMANN, Ivonete T. S. B. A formação em enfermagem orientada aos princípios do Sistema Único de Saúde: percepção dos formandos e pesquisa. *Escola Anna Nery*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 2, p. 248-253, 2016.